

ARTE, PERFORMANCE E POLÍTICA: ARTIVISMO E RELAÇÕES ENTRE ACADEMIA-MOVIMENTOS SOCIAIS¹

Vera Gasparetto

Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC), Área de Estudos de Gênero, Bolsista PNPd/Capes, gasparettovera@yahoo.com.br;

Pâmela de A. Martins

Graduanda do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, pamelammartins@gmail.com;

Lígia Mota Santos

Graduanda do Curso de Cinema da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, ligiamota268@gmail.com;

Débora Speck

Graduanda do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, debora.speck@gmail.com;

Janine Gomes da Silva

Orientadora - Doutora em História - UFSC, janine.gomesdasilva@gmail.com.

Resumo

Essa comunicação visa refletir sobre como os movimentos sociais, coletivos, artistas e grupos de artistas propuseram novas formas de atuação nos últimos anos, utilizando estratégias estéticas e simbólicas para amplificar suas vozes junto à sociedade. Estes somaram à ocupação nas/das ruas ao uso

1 Projeto financiado pela Secretaria de Cultura e Arte da Universidade Federal de Santa Catarina - SeCArte/UFSC.

das novas mídias para articular a organização, e construíram uma nova forma de participação política e social, que se une às ações artísticas e culturais, gerando um território novo, de experimentação corporal, estética e de linguagem. O potencial de ensino, pesquisa e extensão desta metodologia, proporcionou o desenvolvimento de ações que percorrem academia, ativismo e artivismo, como é o caso da atuação da Comissão dos Movimentos Sociais do Fazendo Gênero 12, que desenvolveu o projeto Arte, performance e política: artivismo e relações entre academia-movimentos sociais. Devido a pandemia da Covid19, as atividades foram adaptadas ao modo virtual, desafiando inicialmente a efetivação do projeto. O planejamento foi processual, execução teórico-prática, monitoramento, avaliação, revisão, para o qual utilizou-se a metodologia da pesquisa-ação, demandando a ação com características tanto da prática rotineira quanto da pesquisa científica. Vinculadas às concepções e experiências do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), as atividades compuseram redes de pesquisas em âmbito local, nacional e internacional, bem como a articulação com a comunidade, movimentos sociais e artistas comprometidas/os com os direitos das mulheres e populações LGBTQIA+, a promoção da igualdade de gênero e a contribuição na formulação de políticas públicas.

Palavras-chave: Arte e Política; Artivismo; Movimentos Sociais; Feminismos; Diversidades.

Introdução

Neologismo conceitual em construção, o termo ativismo é utilizado para expressar as ligações entre arte e política: a arte enquanto ato de resistência e subversão. A categoria designa intervenções artísticas, culturais, sociais e políticas, produzidas por pessoas ou coletivos, para amplificar vozes, sensibilizar e problematizar junto à sociedade, causas e reivindicações sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais. Encontra-se na arte um potencial de criticidade e explicitação da realidade, através de expressões e linguagens diversas, conectando pontos de vista e problematizando situações ou contextos históricos e sociais, visando a mudança e/ou resistência. Emerge o caráter político do corpo e o seu lugar nas manifestações, com o espaço de arte e expressão política permitindo que ações/manifestações se tornem espaços de “a-tua-ação” no mundo. Através desse espaço polifônico escutam-se várias vozes, pertencimentos e diversidades, que por vezes revelam agendas comuns, mesmo diante das especificidades de geração, sexo-gênero, orientação sexual, classe e raça/etnia (CREENSHAW, 2002).

Nesses processos, o ciberativismo tem um papel mediador, articulando, organizando e mobilizando setores da sociedade para potencializar o alcance das pautas e da luta política em diferentes âmbitos. E assim, dentre as atuações realizadas está a interlocução com ativistas de diferentes movimentos, havendo a intersecção entre algumas ações propostas pela academia e a militância social (FERREIRA, 2013). São nessas possibilidades de reinvenção que setores dos movimentos de mulheres e feministas utilizam as metodologias artivistas como estratégia de criação de fissuras no sistema estabelecido, utilizando das potências criativas no seu interior para expressar coletivamente nos espaços urbanos, nos espaços rurais, nas estradas, na academia, nos movimentos de rua, as suas agendas de luta e a busca por direitos humanos, por direito à educação, por direitos sociais, seguridade, trabalhistas e, principalmente, por justiça. O estímulo à experiência colaborativa entre mulheres de diferentes culturas e realidades está ligado a uma ocupação de territórios híbridos e transfronteiriços na elaboração de uma linguagem e narrativa que expresse as diversidades de pautas, agendas e representações.

A exploração das fronteiras entre teatro, performance, dança, música e canto tem sido a tônica de intensos trabalhos colaborativos internacionais nas últimas duas décadas, com temáticas ligadas às questões fundamentais da vida e dos direitos das mulheres, articulando as dimensões pessoais e políticas. As ruas são um espaço de política, arte, performance e de produção feminista radical - no sentido de um posicionamento direto sem mediação -, de desconstrução do patriarcado e de fortalecimento da primazia da mulher e sua criatividade na produção de uma “contracultura feminista”, com linguagem e experiências estéticas que expressam emergências de vidas que têm necessidades aqui e agora.

O projeto surgiu da experiência realizada pela Comissão de Movimentos Sociais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, marcado para julho de 2021, vinculada às concepções e experiências do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Através da incidência cada vez maior de ocupação dos espaços públicos com as suas vozes, a arte e a performance foram utilizadas como parte da política com esforços envolvendo a articulação efetiva de ações no âmbito da arte e do ativismo (FABIÃO, 2008). Potencializando as experiências desenvolvidas na academia, grupos artísticos, culturais, dos movimentos sociais de mulheres e feministas, conectaram performance e política (ativismo) nas relações entre a academia e os movimentos sociais. A Marcha Internacional Mundo de Mulheres por Direitos, realizada em 2017, com música, batucada, dança, rezas, arte, teatro, megafones e criatividade, que reuniu nas ruas do centro de Florianópolis cerca de dez mil pessoas, foi inspiração para construir o presente projeto. Marcada pela diversidade de mulheres acadêmicas e de diferentes movimentos sociais que levaram suas bandeiras, simbologias e pautas de luta foi fundamental na reflexão sobre como os movimentos sociais, coletivos e artistas propuseram novas formas de atuação nos últimos anos. Ao longo do trajeto cantaram e protestaram juntas pela demarcação das terras indígenas e quilombolas, pela reforma agrária e a agroecologia, pela descriminalização do aborto, contra o retrocesso nas políticas públicas, na seguridade social e nos direitos trabalhistas, contra o machismo, o racismo, a homofobia e o fundamentalismo religioso, denunciando opressões, assédios e violência.

A Marcha Internacional foi preparada durante várias semanas, com diversos movimentos sociais locais, em diálogo com movimentos

do Brasil e de algumas partes do mundo, que levaram à construí-la coletivamente para que se fizessem presentes as experiências e reivindicações das mulheres negras, indígenas, quilombolas, camponesas, residentes do campo e da cidade, trabalhadoras do sexo, transexuais e não-binárias, mulheres lésbicas, bissexuais, estudantes, trabalhadoras informais, imigrantes e acadêmicas. Foi um espaço de superação de dicotomias, onde o conhecimento científico conectou com a mística e simbologia dos movimentos sociais. O profano conviveu com o sagrado. As fronteiras entre as margens e os centros foram borradas. O feminismo de denúncia juntou-se ao feminismo propositivo pela necessidade de políticas públicas, afirmação do direito ao corpo, afirmação de território, afirmação da vida e uma agenda recorrente e unânime: que é a defesa da vida das mulheres. Dos saberes dessas e outras experiências, aprofundamos e sistematizamos essa reflexão -ação no projeto “Arte, performance e política: ativismo e relações entre academia-movimentos sociais”.

Metodologia

O projeto em seu potencial de ensino, pesquisa e extensão, realizou debates e oficinas sobre arte e ativismo, arte como ferramenta de luta, de protesto e transformação, assim como o papel da arte e da cultura na reflexão e na ação política. Por se tratar de uma ação de extensão, o projeto reuniu um conjunto de metodologias articuladas com foco na metodologia da “pesquisa-ação”, cujo planejamento processual e execução teórico-prática foram implantados e aprimorados durante o decorrer do projeto. Na escolha de atividades interativas, dialogadas e aprofundadas, buscou-se valorizar os saberes das/dos participantes ao envolver as diferentes atrizes políticas: acadêmicas, ativistas, artistas e artistas, de populações indígenas, negras, travestis/transexuais, lésbicas, camponesas, urbanas, etc. A metodologia da pesquisa-ação requer ação com características tanto da prática rotineira quanto da pesquisa científica. Assim, o projeto é processual no seu planejamento, na sua execução teórico-prática, no monitoramento, na avaliação e revisão.

Resultados e discussão

Ativismo é a categoria que designa intervenções culturais, sociais e políticas, produzidas por pessoas ou coletivos, que se valem

de estratégias artísticas, estéticas e simbólicas para amplificar, sensibilizar e problematizar junto à sociedade as causas e reivindicações sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais. O ativismo é um neologismo conceitual em construção no campo das ciências sociais e das artes, mas que tem sido útil para expressar as ligações entre arte e política, a arte enquanto ato de resistência e subversão. A artista encontra na arte um potencial de criticidade e explicitação da realidade, através de expressões e linguagens diversas – poesia, música, palavras de ordem, danças coletivas, pixação, arte de rua, vídeo, música, performance, intervenção –, levando, trocando e conectando pontos de vista e leituras sobre a vida e o mundo, problematizando realidades e contextos histórico e social, visando a mudança ou a resistência.

A partir dessa perspectiva, observa-se uma incidência cada vez maior das mulheres – enquanto indivíduos e coletivas – nas ruas, ocupando o espaço público com as suas vozes, corpos e espíritos, que falam de liberdade e justiça de forma criativa, utilizando a arte e a performance como parte da política. Nesses espaços sentem-se empoderadas e buscam empoderar outras, fazendo-as encontrar um lugar de fala e expressão de suas necessidades imediatas, para suprir as condições de existência como mulheres, pertencimentos, culturas, raça/etnicidades, respeito ao seu ser e ao seu existir. É dessa diversidade que surge o experimento de novas linguagens para além da fala, com a utilização dos corpos, das narrativas do RAP, das cidadãs performers, de novas formas de expressar e fazer ouvir suas reivindicações e descontentamentos com o patriarcado, com o Estado e as formas de exploração sobre a vida das mulheres. As minas têm conhecimento, são capazes de se organizar e lutar por seus direitos. Sabem o que querem e como querem, e necessitam de se fazer ouvir por agentes de Estado, responsáveis por atender aos direitos humanos das mulheres (CAMARGOS, 2015; GASPARETTO, 2019).

A arte e a política são ferramentas estratégicas e históricas do ativismo, a exemplo do Agitprop na Revolução Russa. Na cena da resistência contemporânea elas se destacam nos diversos continentes, mas a partir de 2009, emergem nos movimentos antiglobalização. Essa intensidade da performance, como meio de denúncia e evidência do descontentamento como o *status quo* em vários continentes, despertou a percepção dos diferentes Estados e de seus aparelhos policiais sobre uma “perigosidade” ameaçadora na habitação festiva

e performativa dos espaços públicos mais simbólicos das cidades (GASPARETTO, 2019). A capacidade de agência dessas performances revela-se especialmente potente, pois há manifestações públicas que reúnem rapidamente centenas de pessoas (FARIA, 2017). Essas experiências são figurativas e simbólicas, mas também produzem e inserem-se em atos, criam fatos, são vivências concretas que expressam necessidades e vão para além da teatralidade (RAPOSO, 2014). A atitude de “tomar” a cidade é uma posição ideológica fundada na declaração de direitos do cidadão sobre as normas do espaço público. A rua pode ser também um espaço inóspito que se opõe ao conforto e à segurança dos espaços íntimos, deixando performers e espectadoras/es como sujeitos expostos a situações diversas, ao risco e ao desconforto de estar nas ruas, em relação com outros/as nem sempre simpáticos às causas propostas. A performance tem o seu gênero artístico, mas também está relacionada a práticas e eventos: dança, teatro, ritual, comícios políticos e funerais. Há uma distinção entre a performance que está vinculada estritamente ao campo artístico e um conceito mais amplo que pode abranger todo e qualquer tipo de evento ou prática sociocultural (CARRERA, 2008; CABALLERO, 2011; FARIA, 2017). Há um híbrido glocalizado que, independentemente do tempo e do espaço, estão conectados. O desafio é chegar a esses amplos setores da sociedade e dialogar, com técnicas de mobilização e táticas de comunicação verbal e não-verbal, ações diretas com o uso dos próprios corpos, auto expressões e expressões coletivas que caracterizam o ativismo. Há diversos exemplos de práticas no mundo, no Brasil e na América Latina, como atos públicos, marchas, painéis, assembleias, rolezinhos, rodas de conversa e consultas (plebiscitos populares, referendos). São ações utilizadas em âmbito local e global, tanto por movimentos ditos revolucionários, por progressistas, por conservadores e também por reacionários. As performances de protesto trazem a questão do valor e da eficácia de eventos simbólicos corporais, tanto on-line quanto offline (FARIA, 2017; GASPARETTO, 2019).

Amparado nessa “contracultura política feminista” que emerge do caráter político do corpo e o seu lugar nas manifestações, a prioridade é de transformação social para além da individual. As ações/manifestações são espaços de “A-tua-ação” no mundo, e o protagonismo em cada espaço e de cada ativista soma-se num processo coletivo de construção das agendas, que tratam de resistir e propor a respeito

de questões econômicas, sociais, territoriais, políticas e culturais. Emerge assim uma “estética feminista”, num espaço ocupado por uma geração que performa o seu corpo, utilizando-se dele para o protesto “*meu corpo, minhas regras*” e denunciando os padrões e estereótipos de beleza pautados pelo senso comum e pela mídia. São espetáculos coletivos onde as mulheres são belas - cada uma com seu jeito - e protagonistas, que questionam a supremacia do texto, revelando a potência de utilizar corpo, voz, dança, música, teatro, percussão, adereços, brinquedos e o lúdico. Desse espaço polifônico escutam-se várias vozes, pertencimentos e diversidades que por vezes, revelam agendas comuns, mesmo diante das especificidades de geração, orientação sexual, classe e raça/etnia. É desse mosaico que surgem as novas linguagens e narrativas que constroem a identidade dessa nova fase e forma dos protestos de/na rua, expressas no ativismo. Há borramentos das hierarquias nas relações entre as mulheres/ativistas/artistas, diferente da característica das organizações de movimentos sociais tradicionais, onde há uma centralidade e lideranças eleitas e pré-definidas que falam por “todas” e pelas “outras”. Nesses processos há algo em comum: o ciberativismo tem um papel mediador em diferentes âmbitos. Desde o chamamento, articulação e organização, passando pelo espaço público e mobilizando setores da sociedade para uma presença ainda que virtual, pois tem conhecimento e está no debate, potencializando o alcance das pautas e da luta política (FERREIRA, 2013). Essas novas formas de organização, de estar juntas e de construir processos coletivos e diversos de maneira alargada, são favorecidas em parte pela atuação em rede e na rede, onde as relações de poder são caracterizadas pela distribuição horizontal de papéis e dos processos de decisão. Há a valorização das múltiplas lideranças, diálogo, polifonia e visibilidade das questões das chamadas “periferias”, que saem das margens e passam a ocupar os centros (GASPARETTO, 2019).

É a partir dessa perspectiva empírica e teórica, que se considera a relevância do projeto, nascido da experiência realizada pela Comissão de Movimentos Sociais, constitutiva da Comissão Organizadora do Fazendo Gênero 12, e sua atuação desde 2016 na construção do 13º Mundos de Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11, para articular a efetiva participação dos Movimentos Sociais durante os eventos. Tal comissão em específico, tem dado suporte à Coordenação e às demais comissões na criação de uma metodologia que relacione a academia

e o ativismo político, cultural e artístico, num momento histórico de luta contra os retrocessos, buscando a reafirmação da agenda de gênero e dos feminismos em todos os setores da sociedade. Entre as ações, está a interlocução com ativistas de diferentes movimentos, de modo a fazer uma intersecção entre as ações propostas pela academia em diálogo com artistas, ativismo/militância social, de modo a construir simpósios temáticos, mesas-redondas, rodas de conversa, místicas, programação cultural, marcha, roteiros de visitas, tendas de debates e tenda feminista e solidária no conjunto da programação. Considerando nossas potencialidades, buscamos utilizar nossos locais de privilégios para oportunizar espaços de escuta, lugares para aqueles que precisam ser ouvidos. “São histórias que insistem em dizer o que tantos não querem dizer. O mundo que é dito existe. Suas regras, explícitas. O lugar de mero ouvinte é desautorizado. Nesta literatura/cultura, a palavra que é dita reivindica o corpo presente. O que quer dizer ação” (WERNECK, 2016). Torna-se de extrema importância ressaltar, não só a necessidade de estudos [e espaços de aprendizado] sobre feminismo, como também, estudos que problematize as relações raciais, de classe, etnia, gênero e outras (CRENSHAW, 2002).

O feminismo é teoria política e prática que luta para libertar todas as mulheres: as mulheres de cor, as mulheres da classe trabalhadora, mulheres pobres, as mulheres com deficiência, lésbicas, mulheres idosas – bem como as brancas, economicamente privilegiadas, mulheres brancas heterossexuais. Qualquer coisa a menos que esta visão de liberdade total não é feminismo, mas apenas auto engrandecimento feminino (SMITH, 1979, p. 48. Tradução livre).

Durante a experiência da Tenda Mundos de Mulheres, em 2017 na Praça da Cidadania da UFSC, participaram centenas de pessoas a cada dia do evento nas diversas atividades simultâneas que ali ocorreram. Mostrou-se um espaço de pluralidade, convivências, trocas, aprendizados e fraternidades: um ponto de encontro para o diálogo entre academia, militância e arte engajada. Um espaço dinâmico que favoreceu o convívio, a articulação política, o estabelecimento de redes e a construção coletiva da Marcha Internacional Mundos de Mulheres por Direitos (que reuniu cerca de 10 mil pessoas). Da Tenda saíram os Roteiros de Visitas a espaços culturais, históricos, ambientais e sociais. Ao lado, instalou-se a Tenda Feminista e Solidária que

reuniu mulheres que produzem e vivem do próprio trabalho artesanal, local, feminista, afro-empREENDEDOR, da agricultura familiar, etc.

Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura (bell hooks, 2010).

Ao longo do primeiro ano de projeto, foram abordados temas ligados aos movimentos sociais, suas produções, causas e reivindicações, proporcionando espaços de diálogos pelo ciberespaço, através de transmissões on-line. Devido a pandemia da Covid-19, foi preciso reinventar e direcionar as ações e encontros presenciais para o modo virtual. Pensar a continuação e atuação durante o ano e em especial no Fazendo Gênero 12 logo no início, mostrou-se fundamental. Os dez eventos oportunizados a partir disso, alcançaram cerca de 14.000 pessoas nos canais digitais, abordando temas como a luta anticapacitista, antirracista, antiLGBTfóbica, cinema e movimentos sociais, rodas de conversa, entre outras. As atividades realizadas foram interativas, realizadas em rodas, grupos de aprofundamento, diálogo e escuta. Foram valorizados os saberes das/dos participantes, com mediadoras que articularam suas falas e orientações de acordo com o acúmulo do grupo. Todas as atividades foram registradas nas mídias sociais e redes do IEG/UFSC como forma de documentar e produzir o vídeo-relatório. Ademais, no Fazendo Gênero 12 terá a Tenda Mundos de Mulheres on-line, que será novamente um espaço coletivo dos movimentos sociais, mulheres e feministas. Será aberta para troca de experiências, contato e convivência entre as mulheres de grupos, movimentos e feminismos de todo o mundo. Um espaço para acolher a diversidade, com apresentações artístico-culturais, exposições, rodas de conversa, oficinas, performances, para o protagonismo de artistas e dos Movimentos Sociais.

Considerações finais

O projeto “Arte, performance e política: ativismo e relações entre academia-movimentos sociais” buscou ser uma ferramenta de ensino, pesquisa e extensão entre a UFSC e a sociedade, articulando-se a setores dos movimentos de mulheres, feministas e populações LGBTQTT e sua diversidades. Contribuiu para relações mais orgânicas da academia com a sociedade, tendo como impulso a escuta às críticas que a Universidade recebe: o isolamento de produção e a utilização de linguagem que não chega às camadas vulnerabilizadas da sociedade. As ferramentas propostas pelo projeto Artivismo, com a metodologia do planejamento participativo, que direciona coletivamente o percurso, assim como a metodologia da pesquisa-ação para a pesquisa acadêmica, potencializou uma experiência inovadora: a arte em sua potência de transgressão, utilizada como ferramenta de resistência e de libertação. Potencializou conhecimentos e contribuiu na busca de direitos e políticas públicas que possam mitigar as implicações que marcadores como classe, raça/etnia, gênero/sexo, território, geração, etc. possuem nas relações sociais e na construção de uma sociedade baseada em hierarquias.

Quanto à obtenção dos resultados, a equipe de gestão coletiva, a presença dos movimentos sociais e a equipe de bolsistas foi fundamental no desenvolvimento e na articulação do projeto. Com espaços de diálogos e escuta com os movimentos sociais e as diversas artes produzidas por eles, foi possível (re)pensar o que é arte e cultura na atualidade, a partir de culturas multiétnicas e de diferentes percepções sobre a luta cotidiana, que estão mudando estéticas e a cultura, assim como a forma de pensar as manifestações e a política em tempos de vida híbrida (on-line e offline). A partir da renovação do projeto, planeja-se abrir novos espaços para discussões e construções com ativistas, artistas e pesquisadoras, dando continuidade às articulações que tecem aproximações entre academia, arte e movimentos sociais.

Referências

CABALLERO, Ileana Diéguez. **Cenários liminares: teatralidades, performances e política**. Uberlândia: EDUFU, 2011.

CAMARGOS, R. **Rap e Política – percepções da vida social brasileira**. 1. Ed. Boitempo. São Paulo, 2015.

CARRERA, A. Teatro de invasão: redefinindo a ordem da cidade. In LIMA, Evelyn Furquim Werneck (org) **Espaço e teatro: do edifício teatral à cidade como palco**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas. Los Angeles: vol.10, n.1, 2002. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636. Acesso em: 15 fev. 2021.

FABIÃO, E. **Performance e teatro: poéticas e políticas da cena contemporânea**. Sala Preta, nov. v. 28, n. 8, 2008, pp. 235-246.

FARIA, Lígia. **Cenas Urbanas: Performance e política nas ruas de Florianópolis**. Orientadora, María Eugenia Domínguez. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FERREIRA, G. **Feminismo e redes sociais na Marcha das Vadias no Brasil**. Revista Ártemis, Vol. XV no 1; jan-jul, 2013, pp. 33-43.

GASPARETTO, V. A rua como um lugar de luta política, arte e performance no Brasil. In: SITOE, Tirso et al (org). **Reinventar o discurso e o palco: o rap, entre saberes locais e saberes globais**. Porto: p.128-149. 2019.

HOOKS, bell. **Vivendo de Amor** - Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 9 maio. 2021.

RAPOSO, P. **Festa e Performance em Espaço Público: tomar a rua!** Ilha Revista de Antropologia, v. 16, n. 2, 2014, Florianópolis, UFSC.

SMITH, Barbara. **Racism and women's studies**. *Frontier: A Journal of Women's Studies*. Lincoln, NE, v. 5, n. 1, p. 48-49, 1979.

WERNECK, Jurema. Introdução. In: EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Pallas Editora, 2016.